

## ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA: O CASO DOS ALUNOS SURDOS NO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES/MA

Luziane Alves Cardoso<sup>1</sup>  
Yasmin Ferreira Tavares<sup>2</sup>  
Maria Francisca da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** É notório as dificuldades que as pessoas ouvintes têm para se comunicar com pessoas surdas, por não saberem se comunicar em Libras. Observa-se também, uma grande quantitativo de surdos que não concluíram o Ensino Médio, fato que está atribuído a fatores escolares, familiares e sociais. O número de alunos surdos que frequentam a escola é muito pequeno em relação ao quantitativo de surdos existentes no município. Este trabalho tem como objetivo investigar os fatores que influenciam o fenômeno de evasão escolar referentes ao grupo populacional formado por pessoas surdas, quais metodologias usadas pelos professores do município de Guimarães para garantir a permanência dos estudantes surdos na escola. Como se dá a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes e apontar possíveis meios que o município em parceria com a escola está usando, para garantir a inclusão social desses alunos. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo por meios de observações e questionários com/para professores, alunos e familiares, bem como, uma pesquisa bibliográfica e documental. Para fundamentação teórica deste trabalho, utilizou-se conceitos de autores como Silva (2000), Skliar (2001). A partir desta pesquisa, percebe-se que os alunos surdos do município de Guimarães não são escolarizados de maneira satisfatória e necessita de mais apoio governamental, inovações metodológicas na forma de ensinar, para promover interação, inclusão entre surdos e ouvintes, além de despertar o interesse do aluno ouvinte para aprender a Língua Brasileira de Sinais.

**Palavras-chave:** Libras. Evasão escolar. Interação. Língua Inclusão.

**Abstract:** It is evidence the difficulties from the listener have to communicate with deaf people because they do not know how to communicate in Brazilian Sign Language. It is also observed a large number of deaf people who did not finish high school, a fact that is attributed to school, family and social factors. The number of deaf students attending school is very small in relation to the number of deaf people in the municipality. This work aims to investigate the factors that influence the school phenomenon dropout referring to the population group formed by deaf people, which methodologies used by the teachers of the municipality of Guimarães to guarantee the stay of deaf students in school. How to communicate between deaf and hearing people and point out possible means that the municipality in partnership with the school is using to ensure the social inclusion of these students. The methodology used was a field research by means of observations and questionnaires with / for teachers, students and family, as well as a bibliographical and documentary research. For the theoretical basis of this work, we used concepts from authors such as Silva (2000), Skliar (2001). Based on this research, the deaf students of the city of Guimarães are not satisfactorily educated and need more government support, methodological innovations in the way of teaching, to promote interaction, inclusion among the deaf and hearing, and to awaken the interest of the student listener to learn the Brazilian Sign Language.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Letras, pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [cardozoluziane@gmail.com](mailto:cardozoluziane@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Letras, pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [yasmintavares1995@gmail.com](mailto:yasmintavares1995@gmail.com)

<sup>3</sup> Professora Doutora do Curso de Linguagens e Códigos, Universidade Federal do Maranhão Campus São Bernardo, E-mail: [masilva8@yahoo.com](mailto:masilva8@yahoo.com)

**Keywords:** Brazilian Sign Language. Truancy. Interaction. Language. Inclusion.

## 1 Introdução

Há uma carência de comunicação entre ouvintes e surdos, por não se conhecer a Libras. Observamos no município de Guimarães um grande quantitativo de surdos que não concluíram o Ensino Médio, fato que está atribuído a espaços escolares, familiares e sociais. O número de alunos surdos que frequentam a escola é muito pequeno em relação ao quantitativo de surdos existentes no município.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo investigar os fatores que influenciam o fenômeno de evasão escolar referentes ao grupo populacional formado por pessoas surdas. Discutimos as metodologias usadas pela rede de ensino do município de Guimarães-MA, para garantir a permanência dos estudantes surdos na escola e, por fim, sobre como se dá a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes a fim de apontar possíveis meios que o município, em parceria com a escola, está usando para garantir a inclusão social desses alunos. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo por meios de observações e questionários com professores, alunos e familiares, bem como uma pesquisa bibliográfica.

Para fundamentação teórica deste trabalho, utilizou-se conceitos de autores como Silva (2000) que descreve a importância da aquisição de linguagem baseada na identidade individual do aluno e que deve estar presente desde a infância, para ajudar no processo aprendizagem da criança e sua continuidade na vida adulta, e que consequências sofrem os surdos ao estarem no ambiente no qual o não-conhecimento pleno da Libras compromete a aprendizagem da língua. Skliar (2001) sugere metodologias que podem ser usadas no processo de aquisição da Língua de Sinais e uma possível educação bilíngue para os surdos.

Também foram utilizados os pressupostos teóricos de Quadros (2005) e Karnopp (2004) para o embasamento desta pesquisa. Foram feitas análises sobre o decreto nº5.626 de 22 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e assegura ao aluno surdo e com deficiência auditiva o direito à Educação, bem como instruções sobre os

procedimentos que devem ser usados por parte dos professores na Educação dos alunos surdos.

A partir desta pesquisa, percebe-se que os alunos surdos do município de Guimarães não são escolarizados de maneira satisfatória e necessita de mais apoio governamental, inovações metodológicas na forma de ensinar, para promover interação, inclusão entre surdos e ouvintes, além de despertar o interesse do aluno ouvinte para aprender a Língua Brasileira de Sinais. E para haver melhorias na rede de ensino, convém trabalhar as políticas de identidade individual do aluno a fim de melhorar sua eficiência e a sensibilização de que os surdos fazem parte de uma minoria linguística, que tem seu espaço na sociedade.

## 2 Educação Inclusiva

### 2.1 Contexto Histórico dos Surdos

Por muito tempo, a surdez foi considerada uma calamidade e esteve vinculada à ideia de incapacidade e falta de inteligência e, por esse motivo, os pais de crianças surdas tinham autorização para sacrificá-las, já que na fase adulta não seriam vistos como sujeitos socialmente produtivos. Algumas culturas entendiam que uma criança com quaisquer sinais de deficiência era uma espécie de maldição na família e, portanto, deveriam se desfazer dela. Para igreja, os surdos eram considerados sujeitos sem alma. Quando não era sacrificado, o surdo era tido como um sujeito irracional, primitivo, não educável, não cidadão, até mesmo pessoas castigadas e enfeitadas, e eram privados da vida social, da alfabetização e instruções. Viviam sós e abandonados na miséria. Não tinha direito na herança da família e tinham todos os direitos negados perante a lei. Somente alguns surdos de família nobres eram submetidos a métodos de ensino, a fim de adquirir a fala e serem reconhecidos pela sociedade, em que o ensino confinava basicamente a métodos de substituir o gesto pela fala. É a partir daí, que surgiram pessoas interessadas em estudar os surdos.

Segundo Skliar (1997 apud Buzar, 2009) somente no sec. XIV houve a primeira defesa sobre a instrução dos surdos, por meio do advogado, escritor e médico Bartollo Dela Marca d'Arcona. A partir de então, outros pesquisadores, como GirolamoCardamo, concluíram que a surdez e a ausência de palavras não eram um impeditivo para a compreensão de ideias, logo viram que era necessário dar continuidade a educação dos surdos. Acredita-se que Beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584) foi quem inaugurou a educação dos surdos, ele costumava ensinar filhos surdos da nobreza, para que eles pudessem mais tarde ter direito à herança da família e serem assumidos perante a lei. Alguns registros defendem que Leon desenvolveu um alfabeto manual, que servia de ajuda para os surdos soletrarem as palavras, inspirado na comunicação gestual dos monges, já que estes faziam votos em silêncio.

Influenciado por Leon, Juan Pablo Bonet estudou sobre a surdez, tornou-se um educador e criou um método de ensino aos surdos para que pudessem se expressar e escrever por meio do alfabeto manual. Ele proibia o uso da linguagem gestual. Nesse período, quase todos os estudos voltados para os surdos tinham a finalidade de oralizá-los e, portanto, proibia-se o uso da língua gestual. Defendiam a leitura labial, como é o caso de KonrahAmman. Para ela, a fala era uma dádiva de Deus e os gestos eram prejudiciais ao desenvolvimento da fala e do pensamento. Foi fundado em 1760o Instituto Nacional de Educação dos surdos-mudos de Paris na cidade de Paris, pelo educador Charles Miguel de L'epèe e atualmente se chama Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris. O método educativo consistia em sinais metódicos, que seguia palavra por palavra a gramática da língua francesa. Bem apoiado na época e supostamente atingindo bons resultados L'epèe, tornou-se referência mundial de educação dos surdos, e foi uma iniciativa para outras escolas do mundo todo. A partir de então, esse método, trouxe aos surdos a possibilidade de estudarem, fortalecerem sua cultura e construir uma identidade e língua.

No ano de 1980, em Milão, na Itália, foi realizado o Congresso Mundial de Surdos e chegou-se à conclusão de que o método oral puro deveria ser adotado como método definitivo para o ensino dos surdos.

No Brasil, o educador francês e também surdo H Ernest Huet foi o introdutor da metodologia oralista. Ele fundou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, por meio da Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, no Rio de Janeiro, com apoio do imperador D. Pedro II. Um século após a sua fundação, com a Lei nº 3.198, de 06 de julho de 1957, a instituição tornar-se-ia o Instituto Nacional de Educação dos Surdos-Mudos - INES, que inicialmente utilizava a língua de sinais, mas que em 1911 passou a adotar o Oralismo puro. Em 1980, o INES intensificou o trabalho de pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais e sobre a educação de surdos, criando o primeiro curso de especialização para professores na área da surdez. O Bilinguismo passou então a ser difundido.

A educação dos surdos passou por diversas correntes educacionais e, em cada período, as filosofias foram sendo discutidas para uma melhor educação desse sujeito. As filosofias educacionais presentes ao longo da história na educação do surdo foram: o Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo. Dentre elas, predomina a abordagem oralista clínica, ainda profundamente enraizada no sistema educacional no Brasil como um todo, assim como em outros setores da sociedade, pois o que se percebe é a tentativa de reabilitação de surdos, com ênfase marcada na oralização. No entanto, os esforços nesse sentido nem sempre atingem resultados satisfatórios pois a reprodução de sons não implica aquisição ou aprendizagem de língua oral, sem falar que, dependendo de certos graus de surdez a assimilação eficiente de sons articulados por vezes não é possível e sem essa percepção não há possibilidade de reproduzir sons bem articulados ou eufônicos como fazem os ouvintes.

Nesse sentido, a educação voltada aos alunos surdos ainda depende de muitos avanços não só no que refere a estratégias de acesso ao currículo regular comum e a adoção de um tradutor de sinais na turma, mas promover também a libras entre surdos e ouvintes, e desse modo a adaptação curricular necessária para que de fato seja inclusiva. No sistema educacional brasileiro até o momento o que se pode observar nas escolas e classes inclusivas é que as duas únicas adaptações são a presença de um professor intérprete de sinais para fazer traduções simultâneas Português-Libras/Libras-Português e/ou adoção do serviço de apoio (salas de apoio/recurso) em turno contrário. Como consequência, o aluno surdo acaba por ter seu tempo

quase que integralmente comprometido com a escola em função da surdez. O currículo regular é um currículo criado por ouvintes e para ouvintes e, conseqüentemente, monocultural por refletir apenas esta parcela da sociedade.

Portanto, a escola deve disponibilizar um profissional fluente na Língua Brasileira de Sinais para facilitar o educador na ministração de suas aulas e/ou ainda utilizar recursos didáticos adaptados para o deficiente, que hoje já é oferecido pelos órgãos públicos, gratuitamente. A educação para o surdo requer do professor uma metodologia baseada em experiências concretas, para tornar o aprendizado melhor aproveitado.

O aluno, o professor e seus familiares deveriam sempre dar preferência à comunicação em Libras, pois a maior parte do que aprendem é o que vivenciam e sentem. A solução está em ensinar as línguas de sinais não apenas para os alunos surdos, mas ainda para todos os que compõem o âmbito escolar, com o diferencial de que os surdos receberiam aulas de LP2 em classes exclusivas para essa finalidade retornando a classe inclusiva com professores regente e intérprete de sinais para as aulas das disciplinas do currículo, o que, até o momento ainda não é assegurado por lei nem pelas normas do MEC.

As leis e as políticas de inclusão tentam corrigir estragos que afetaram a história de ensino de Libras na educação, o que perdurou por muito tempo. Como já mencionado, várias foram às tentativas de inserir os surdos na educação ou tentativas de comunicação postas em prática; Oralismo, comunicação total e hoje o método mais aceito é o bilinguismo.

Há um movimento crescente em direção à inclusão social dos surdos, com iniciativas do poder público e da sociedade em geral, voltados à educação do surdo, ao ensino da língua brasileira de sinais-libras, formação de professores especializados e intérpretes.

No entanto muito ainda precisa ser feito, porque a ideia de inclusão, em que os alunos são colocados em uma escola regular mista, não tem eficiência na comunicação dos surdos e no seu processo de aprendizado.

Franco (1999) aponta uma questão polêmica a respeito da educação inclusiva e a educação dos surdos:

A escola inclusiva é entendida como um espaço de consenso, de tolerância para com os diferentes. A experiência escolar cotidiana, ao lado dos colegas normais

seria, assim, vista como um elemento integrador. É como se para esses alunos fosse mais importante a convivência com os colegas normais do que a própria aquisição do conhecimento mínimo necessário para a sua, aí sim, possibilidade de inserção social. (Franco 1999 p.216)

Mediante a educação dos surdos, pergunta-se que tipo de escola supriria a necessidade dos surdos, como educar, letrar e torná-los aptos para usufruir de direitos e deveres. Embora existam muitas formas de suprir essas necessidades, deve-se partir de um princípio básico: o tipo de comunicação compartilhada entre alunos.

Comunicação que seja capaz de socializar, desenvolver o cognitivo do aluno, bem como suas habilidades linguísticas e escritas, trabalhando com diferentes gêneros discursivos e linguagens nas diferentes esferas.

Por meio da linguagem, a criança se constitui como sujeito, constrói seus conceitos, caráter, obtém conhecimento de mundo. Sua construção linguística passa ser sua ponte de acesso ao conhecimento, de modo que, espera-se da escola, a ajuda necessária para ampliar a linguagem do aluno, conhecimento de mundo e estímulo do desenvolvimento linguístico por meio de diferentes gêneros discursivos e diferentes formas de linguagem.

É sabido que desde os primeiros anos de vida, a criança se comunica com o meio em que se encontra. Faz isso por meio da linguagem, linguagem esta, que está em processo de construção e que é aprimorada à medida que cresce, conhecendo novos vocabulários, conceitos e aspectos da linguagem. Mais vale destacar que não é somente da escola esse papel, e nem começa na escola esse processo.

Segundo Karnopp (2004), o desenvolvimento da linguagem começa desde o nascimento, pelo contato familiar e social e de forma muito rápida, evoluindo para uma comunicação fluente e inteligente aos seis anos de idade. É pela família que a educação da criança começa estabelecendo valores, normas de funcionamento social e preparação para entrar na escola, que por sua vez, na escola a criança vai encontrar novas vivências, vividas com os professores, funcionários, alunos, e demais os membros que constitui uma escola, a qual vai ajudar a criança a formar novas concepções de mundo, bem como enriquecer a linguagem e o conhecimento.

Diante destas observações, convém destacar que para haver o desenvolvimento da linguagem é fundamental a comunicação, e que esta deve ser comum em ambas as partes (emissor e receptor). As trocas de informações só são possíveis se um entender a mensagem do outro, ou seja, compartilhar a mesma língua, de modo que tenha compreensão por ambos.

Para uma criança dita normal não há dificuldade nesse processo, a menos que ela esteja submetida a uma língua que não é do seu convívio. É o caso da criança que tem perda auditiva. Ao colocar um aluno surdo em uma escola comum, a qual não compartilha a mesma língua, a criança se vê diante dos obstáculos da comunicação, porque ela se depara com diferentes tipos de pessoas em diferentes funções, e sua tentativa de comunicação, mesmo com ajuda de aparelhos auditivos, ou pela leitura labial, é falha. Seu principal receptor de mensagem é a visão. Ela olha os acontecimentos e tenta imitar os traços de uma língua que não é o ideal para ela. Seu aprendizado se reúne a atos e fatos observáveis, o que impossibilita de recriar e evoluir sua interpretação e compreensão acerca disso.

Na concepção antiga, ao tentar diagnosticar o entendimento dos surdos, pesquisadores consideravam os surdos, indivíduos de pensamento concreto, concepção esta que perdeu por muito tempo. No entanto, com os avanços acerca da aquisição de aprendizagem dos surdos, foi possível perceber que esta concepção se tratava de um equívoco. Os surdos tem a mesma capacidade de cognição que os ouvintes, apenas se comunicam de maneira diferente, e claro, conseguem se comunicar com os ouvintes quando compartilhada a mesma língua. Este seria um motivo para rever as metodologias usadas pelo professor para a aprendizagem do aluno surdo e sua interação com pessoas ouvintes.

Sabemos que na escola existe apoio material (isto é assegurado por lei), porém, é preciso ver a forma que este apoio material é trabalhado e se satisfaz a necessidade dos alunos surdos. Se com o material, o aluno surdo consegue interagir com o ouvinte e professores, se a comunicação é eficiente e se beneficia ambos os lados.

Para resolver esse problema, a escola comum deveria dispor do seguinte método: professor fluente em Libras. Mesmo o governo disponibilizando ajuda por meio de cursos, há um déficit muito grande na preparação dos professores para agir nessa situação, pois o que

aprendem com cursos básicos providos do governo é insuficiente para capacitá-los, sendo necessários preparos mais elevados.

## 2.2 Legislação Brasileira

A lei 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, assegura no cap. IV § 1 que as instituições federais de ensino devem prover às escolas tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa. De fato, este decreto é de grande ajuda na educação do surdo, mas surge um problema: ao mesmo tempo em que o aluno absorve o conhecimento proporcionado pelo professor por meio do intérprete, deixa de lado ou exclui os outros componentes da escola, restringindo a comunicação do surdo entre ele mesmo e o intérprete. A ideia de inclusão, em que coloca os surdos na escola comum e com pessoas ouvintes, na verdade, estão excluídos de tal, porque há o desconhecimento de sua língua por parte dos membros restantes da escola, impedindo a interação entre si. Diante dessas observações, o que se percebe é uma falsa inclusão.

À vista desta problemática, é sábio encontrar novos artifícios para eliminar essa falsa inclusão social e centrar nas políticas de identidade, que, ao se fundir com a língua e mantendo-a viva, sustenta a busca do conhecimento. O processo educacional deveria priorizar as identidades individuais dos surdos.

A identidade de uma pessoa surda não está sendo respeitada, quando ele é submetido em um ambiente em que não consegue interagir ou que não faz parte do seu mundo/linguagem.

O que se pode perceber é que o sistema educacional colocado pelo governo precisa de grandes melhorias em relação à introdução dos surdos no ambiente escolar e social. Precisa de um treinamento mais eficiente, já que os utilizados, em vez de incluir um grupo (surdos) em outro maior (ouvintes), está cada vez mais distanciando, caracterizando uma falsa inclusão. Convém admitir que os surdos façam parte de uma minoria linguística e que é importante trabalhar esse ponto em seu processo educacional.

### 3 Educação Bilíngue para surdos

O Bilinguismo surgiu na década de 80. Dentre as propostas já expostas para o ensino de surdos, esta é a que é aceita atualmente nos documentos oficiais brasileiros, sendo recomendada como modelo para as escolas inclusivas. A educação bilíngue encontra-se amparada pela lei e indicada pelo Ministério Nacional da Educação (MEC), como sendo uma proposta mais eficaz para o ensino das duas línguas reconhecidas pelo país, Língua Portuguesa e LIBRAS, necessárias para a inclusão social efetiva destes sujeitos surdos. O decreto 5.626/2005 confirma isso:

#### Capítulo VI

Dá garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;  
II – Escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Diante deste decreto, o que se conclui é que as escolas inclusivas priorizariam a aprendizagem conjunta dos alunos surdos e ouvintes, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas deveriam receber e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos. É de fundamental importância que o professor busque formas alternativas de ensinar e soluções para as dificuldades desses alunos

A teoria bilíngue salienta que o acesso da criança à Língua de sinais como primeira língua (L1) seria o mais precocemente possível. Esta seria adquirida por meio de interação com o adulto surdo proficiente em Língua de Sinais, a Língua Portuguesa seria a segunda língua

(L2) e seria fornecida a criança pelo adulto. “A proposta de educação bilíngue busca respeitar o direito do sujeito surdo, no que se refere ao acesso aos conhecimentos sociais e culturais em uma língua que tenha domínio” (SKLIAR, 1998 apud VICTOR, et al, 2010).

Desse modo, a escola estaria preparada para receber esse aluno, pois o foco da inclusão deveria ser um ensino de qualidade a todos. Respeitar a Língua de Sinais Brasileira para surdos, no caso do Brasil é o primeiro passo para que haja sua real integração a sociedade e seu reconhecimento.

Para que haja inclusão e formação adequada para esses indivíduos, faz-se necessário um instrutor surdo com função de proporcionar a aquisição de linguagem e transmitir a cultura surda juntamente com à LIBRAS, trabalhando em conjunto com o professor bilíngue, ouvinte, visto que as pessoas surdas têm as mesmas possibilidades de desenvolvimento das ouvintes. O que se faz necessário é a adaptação dos recursos didáticos a serem utilizados pelos professores, para suprir esta especificidade. Todo surdo tem de ser estimulado para desenvolver sua potencialidade e se integrar na sociedade e participar dos fatos que os cercam e usufruir dos relacionamentos com os outros indivíduos sendo ele ouvinte ou surdo.

#### **4 A realidade do sistema educacional de Guimarães no que se refere ao bilinguismo e inclusão dos surdos**

Ao observar a vida de um surdo no município de Guimarães, notou-se as dificuldades encontradas, como por exemplo, ir à consulta médica, comprar algo no supermercado, entre outros hábitos simples do dia a dia que se torna para eles desafiador, já que são poucas as pessoas que aprenderam Libras, a linguagem brasileira de sinais, e conseguem se comunicar com eles.

Relatos de alunos surdos do ensino regular confirmam isso já que se sentem desmotivados, com dificuldade de aprendizagem por estarem em ambientes em que não se usa a mesma língua.

Durante a pesquisa deste trabalho, ao conversar com um aluno surdo, ele relatou que umas de suas maiores dificuldades é se relacionar com outras pessoas: “Eu surdo. Pessoas ao redor não aprender Libras, não gostar, não saber Libras”.

Numa tentativa de tornar possível um mínimo de interação com os ouvintes, este aluno escreve bilhetes, para que estes possam entender o que ele deseja. Deseja encontrar um parceiro para conversar, mas como vai expressar o que pensa, se o receptor da mensagem não sabe Libras? É mais fácil um ouvinte aprender Libras do que ele ser oralizado e, atualmente, o município não se interessa pela busca de meios para ouvintes e surdos não-alfabetizados aprenderem Libras. Outra dificuldade encontrada é que os surdos filhos de pais ouvintes não sabem a Língua Brasileira de Sinais. Sua comunicação é por meios de gestos ou sinais caseiros, o que dificulta a aquisição da Libras por parte das pessoas surdas.

No município de Guimarães, a ausência de escola na vida da criança surda é outro fator preocupante. A ida tardia para escola resulta em cognição e aprendizado comprometido, pois sua interação e conhecimento de mundo acabam sendo superficiais e resumidos, não cobrindo sua necessidade de compreensão e expressão. Quando a família não incentiva o surdo a aprender a língua de sinais, as consequências podem ser ainda mais complicadas e, às vezes, difíceis de reverter. Uma pessoa sem uma língua não tem meios de aprender, compreender e se expressar no mundo. Um grande número de surdos do município está na fase adulta e não teve a oportunidade de ir à escola desde criança, o que pode ser explicado pela falta de incentivo e principalmente por não encontrarem escola adequada para recebê-los e, como consequência, esses indivíduos não tiveram conhecimentos nem da sua língua materna, a Libras, nem da Língua Portuguesa e só conseguem se comunicar através de sinais caseiros criados com o auxílio dos membros da família.

Já os surdos que estão inseridos na escola regular relataram que mesmo acompanhados por intérpretes, eles têm dificuldades em compreender as disciplinas, pois seu ritmo é diferente do dos demais alunos, visto que o ouvinte utiliza uma língua na modalidade oral-auditiva e os surdos utilizam uma de modalidade visual-motora, com estrutura e gramática próprias. Nesse sentido, a intensidade de ensino ocorre de modo diferente.

No entanto, separar os ouvintes dos surdos não é a melhor alternativa para aprimorar e estimular a aprendizagem, é preciso que o ouvinte se insira na cultura surda, para compreender o seu processo de socialização e a sua língua materna, isto é, como se dá a comunicação e aprendizagem entre os surdos e ouvintes. Pesquisadores apontam que as dificuldades enfrentadas por pessoas surdas adultas resultam em grande parte de um déficit de conhecimento e comunicação que acontece desde a sua infância.

No Ensino Médio, encontram-se 03 alunos surdos que estudam juntos com os ouvintes, participam das atividades, assim como os demais. São acompanhados por um intérprete que traduz aos surdos à medida que o professor explica o conteúdo e os trabalhos. Durante as aulas, ocorre a tradução e a interpretação em Libras – Português e Português-Libras. Quando há trabalhos a serem realizados em grupos, os surdos interagem com os ouvintes.

A lei assegura que a existência de um instrutor de Libras em sala de aula é de fundamental importância para que, dessa forma, seja possível ao aluno surdo o auxílio necessário nas dificuldades encontradas, mas a escola disponibiliza apenas do tradutor/intérprete, que possui graduação em Pedagogia e fez um curso através do PROLIBRAS. Mediante entrevista realizada, ela comentou que:

É difícil fazer as duas coisas: ajudar os surdos na disciplina e fazer a tradução e interpretação ao mesmo tempo. Como sabemos, o tempo de uma aula é em torno de 45 minutos. Tempo insuficiente para ajudá-los nesse sentido. O ideal é que tenha um instrutor de libras para auxiliá-los no contra turno.

De acordo com as observações feitas pela intérprete, as principais dificuldades dos alunos surdos são encontradas em trabalhos e provas, em que se utiliza a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Como não são fluentes nessa língua, suas produções textuais não possuem a mesma estrutura gramatical de produções de alunos ouvintes.

A intérprete, vendo as dificuldades dos alunos surdos e por perceber que a escola não dispõe de um instrutor para essa tarefa, tomou a decisão de realizar atendimento contra turno, todas as quintas-feiras da semana, dando suporte principalmente para a disciplina de Língua Portuguesa, pois como mencionado anteriormente é a que possuem maiores dificuldades.

A interação entre alunos surdos e ouvintes na escola foi elogiada pela intérprete, pois o senso de colaboração entre todos se faz presente em todas as aulas, observa-se que os ouvintes demonstram interesse em aprender a Libras já que veem importância em socializarem com seus colegas surdos.

O professor ouvinte precisa de um intérprete para se comunicar com seus alunos surdos, pois não conhecem a Libras. Para a escola, trata-se de uma novidade, já que somente a partir de 2016 esta modalidade de ensino se fez presente no Ensino Médio.

Para a intérprete, o Bilinguismo é muito importante para os surdos e ter a Libras como língua materna e LP como segunda língua precisa ser constante na vida deles, afinal no seu país a LP sobrepõe a Língua de Sinais, e por esse motivo, o processo de aquisição da língua viria desde criança, porque ao crescerem a dificuldade seria bem menor e o seu nível de cognição e aprendizagem estaria amadurecido.

No passado, havia certa resistência da parte do pais em colocarem os filhos surdos na escola, porque não existia um profissional para atendê-los. Hoje, a realidade é diferente. Durante a pesquisa foram encontrados três alunos surdos matriculados na escola comum, cursando o ensino Médio e um aluno no ensino fundamental maior, a qual dispõe de intérprete para acompanhá-los.

#### **4 Considerações finais**

A escola ainda precisa avançar nos métodos educacionais para receber alunos surdos e o que se observa é que os professores ainda não estão preparados para lidar com essa questão. Para haver inclusão dos alunos surdos na escola regular, poderia haver mudanças no sistema educacional, bem como alterações nas formas de ensino, metodologias adequadas e avaliação que condiz com as necessidades do aluno surdo.

É importante a elaboração de um sistema que beneficie a interação entre alunos surdos e ouvintes na sala de aula, a fim de promover interação, inclusão entre surdos e ouvintes, bem como despertar o interesse do aluno ouvinte para aprender a Língua Brasileira de Sinais. Um

ponto positivo no município pesquisado é que os alunos ouvintes que estudam na mesma sala que os surdos se esforçam em aprender a Língua de Sinais.

Nesse contexto, é de suma importância que a escola dê o primeiro passo para promover, de fato, a inclusão linguística, em que o esforço de todos os professores e demais funcionários do âmbito escolar se faz importante, para isso seria essencial a preparação dos professores por meio de formações que os permita saber lidar com as múltiplas dificuldades pertinentes à educação de alunos surdos bem como investimentos em mais programas além dos já existentes de forma a disponibilizar cursos que viabilizem a aprendizagem adequada da Libras.

Além disso, trabalhar as políticas de identidade individual do aluno surdo é indispensável para melhorar a sua eficiência e aprendizagem. Adaptar, nesse contexto, implica amenizar as diferenças por meio de adequações de objetivos, de conteúdo, da temporalidade, da avaliação, da metodologia e da didática de ensino.

## Referências

BRASIL. Lei n.10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais LIBRAS e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 08/05/2017

BUZAR, Edeilce. A. S. **A Singularidade Visuo-Espacial do Sujeito Surdo: Implicações Educacionais.** 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, UnB, 2009

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br> Acesso em: 08/05/2017

FRANCO, Monique. Currículo & Emancipação. In: SKLIAR, Carlos (org.) **Atualidade da educação bilíngue para surdos.** Porto Alegre. Mediação, 1999.

KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. **O 'Bi' em Bilinguismo na educação de surdos.** In E. Fernandes (org.) Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005. p. 26-36.

\_\_\_\_\_, R. M. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SILVA, A. **O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor**. (2003) disponível em:

<[http://www.mrhmcrondon.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/27/1470/1576/arquivos/File/Educacao%20Especial/Educacao\\_Especial01.pdf](http://www.mrhmcrondon.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/27/1470/1576/arquivos/File/Educacao%20Especial/Educacao_Especial01.pdf)> Acesso em: 02/06/2017.

SKLIAR, Carlos B.(org). **Educação e exclusão**. Abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Mediação, 1997.

## ANEXOS

### Anexo 1



Professora/Intérprete de Libras juntos aos alunos do ensino médio de uma escola do município de Guimarães-Maranhão.

### Anexo 2

#### QUESTIONÁRIO AO PROFESSOR/ INTÉRPRETE DE LIBRAS

1. Fale um pouco a respeito da inclusão de surdos nas escolar regular.
2. Qual o quantitativo de alunos que você ensina na sala de aula?
3. Como se dá a educação dos surdos na escola ao repassar a disciplina?
4. Quais as principais dificuldades dos alunos surdos na sala de aula?
5. Que condições a escola oferece para a permanência desses alunos na escola?
6. Como se dá a interação entre alunos surdos e alunos ouvintes?
7. Os professores ouvintes interagem com os alunos surdos por meio da Libras, ou precisa de um intérprete?
8. Você concorda com a lei da Libras, que defende a educação bilíngue para os surdos, considerando a língua portuguesa como segunda língua e a Libras, a Língua materna? Por quê?
9. Você acha que existem métodos mais eficientes para educar os surdos?
10. Qual a resistência dos pais em colocar o filho surdo na escola?